

# O PROINFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL NAS ZONAS RURAIS DA REGIÃO NORDESTE

**Patrícia Maria Uchôa Simões**  
**Mariana Uchôa Simões Barbosa**

## **Introdução**

A história da Educação Infantil do/no Campo no Brasil revela avanços, tanto no que se refere às políticas específicas para a educação das crianças pequenas, quanto quando nos referimos às políticas educacionais dirigidas às crianças que moram nas zonas rurais do país.

Com a Constituição Federal de 1988, as crianças no Brasil conquistaram direitos, sendo designadas sujeitos diante da lei. Em seu artigo 206, é estabelecido a igualdade das condições de acesso e permanência na escola para todas as crianças.

A partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBN de 1996, a Educação Infantil foi definida como primeira etapa da educação básica, portanto, responsabilidade do poder público e, em seu artigo 28, a LDBN explicita o direito às especificidades e diversidades culturais do modo de vida na oferta da educação básica para a população rural.

No entanto, os dados oficiais de atendimento dessa etapa do ensino apresentam uma realidade que não condiz com as determinações legais quanto à obrigatoriedade da oferta do atendimento e da qualidade do ensino, em especial quando observados os dados relativos à zona rural (LEAL, 2016; NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011; ROSEMBERG; ARTES, 2012).

Esse debate foi travado em 1998, a partir da pressão dos movimentos sociais do campo, quando foi realizada a I Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”, trazendo propostas que buscavam reverter concepções de submissão do rural ao urbano no contexto educacional (SANTOS, 2006).

No ano de 2002, foi apresentado pelo Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica o documento com as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo* (Doebec - Resolução CNE/CEB nº 2002),

homologado pelo Ministro da Educação no mesmo ano. A Doebec forma o marco dos princípios legais para atendimento escolar do campo, apresentando temas de extrema importância sobre a população referida, reconhece a pluralidade dos espaços e das comunidades que os habitam, assim como as estratégias que podem ser aplicadas dependendo das necessidades locais (SILVA, PASUCH, SILVA, 2012; KOLLING, CERIOLI, CALDART, 2002).

Permanecendo nas políticas de avanço para atendimento da educação do Campo, é estabelecido através da resolução nº2 de 28 de abril de 2008, o documento Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo, que atua reforçando a Doebec e expõe a necessidade de metodologias adaptadas para a região do campo, assim como um transporte público de qualidade intracampo e extracampo (SILVA, PASUCH, SILVA, 2012).

No período de 2008 a 2010, foram realizadas reuniões técnicas regionais promovidas pelo MEC e, em 2010, ocorreu o I Seminário de Educação Infantil do Campo para a discussão das políticas, práticas pedagógicas, currículo e avaliação da Educação Infantil do Campo, quando foi elaborado uma agenda de compromissos e propostas de ações a serem desenvolvidas.

Em 2013, foi formado um Grupo de Trabalho Institucional da Educação Infantil do Campo – GTI - a partir das demandas dos movimentos sociais e sindicais para subsidiar a definição de políticas da Educação Infantil no Brasil. Em março de 2014, o GTI apresentou um documento com um relatório de suas atividades contendo proposta e critérios para a expansão da política dessa etapa do ensino.

Buscando contribuir com essa discussão, o presente estudo realiza uma análise do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) na região rural do Nordeste. A necessidade de explorar os dados referentes a esse programa se dá pelo fato de que, apesar da dimensão do programa em abrangência e volume de recursos, não foi encontrado nenhum estudo que aborde os resultados desse programa na zona rural. Com essa preocupação, pretende-se contribuir para o debate das políticas públicas para a

Educação Infantil no Brasil, trazendo dados do programa na região rural do nordeste brasileiro.

### **Procedimentos Metodológicos**

O presente estudo configura-se como uma pesquisa quantitativa. Foram analisados dados disponíveis na página do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE/Ministério da Educação - Simec, módulo “Obras 2.0”, a qual contém as informações relativas ao processo de execução das obras do Proinfância, inseridas pelos fiscais das obras contratados pelo município.

### **Resultados e discussão**

Foi identificado um total de sessenta convênios firmados para construção de unidades do Proinfância na zona rural, em oito estados da região rural do Nordeste.

Tabela 1 – Número de convênios firmados por estado

UF	Nº de convênios firmados
Bahia	19
Pernambuco	11
Ceará	9
Alagoas	6
Sergipe	5
Maranhão	4
Paraíba	3
Rio Grande do Norte	3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FNDE, 2017

Podemos perceber que a Bahia, o estado com maior número de municípios, foi o estado do Nordeste com maior número de convênios firmados, enquanto os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte firmaram apenas três.

Sobre os anos de assinatura dos convênios, apenas no ano de 2008 não houve contratos assinados, apesar disso, podemos perceber o grande crescimento da adesão ao programa na zona rural do Nordeste, entre os anos de 2007 e 2014, em especial nos dois últimos anos desse período:

Tabela 2 – Número de convênios firmados por ano de assinatura

Ano	Nº de convênios firmados
2007	2
2008	0
2009	6
2010	1
2011	8
2012	5
2013	18
2014	20

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FNDE, 2017

Sobre a situação das obras, observamos situações bastante diversificadas, em maior número as em execução com vinte obras, seguido pelas concluídas que somam catorze obras, porém cinco obras tiveram seus convênios cancelados. Segue a tabela com essas informações:

Tabela 3 – Situação das obras

Situação da obra	Nº de obras
Concluída	15
Contratação	2
Em Reformulação	2
Execução	19
Inacabada	3
Licitação	6
Cancelada	5
Paralisada	3
Planejamento pelo proponente	5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do FNDE, 2017

Os convênios, em sua maioria (41 unidades de um total de 60), tratavam de projetos arquitetônicos com menor capacidade na quantidade de alunos que são preferidos na zona rural pela dispersão da população. Desses projetos, 14 foram concluídos.

### **Considerações Finais**

Como conclusão, observa-se que, apesar de ter um número pequeno de convênios firmados na zona rural, o Proinfância esteve presente em todos os estados do Nordeste, com exceção da Piauí.

O número de convênios firmados entre os municípios e o MEC revela a dificuldade da política voltar-se para a zona rural. Esse dado aponta para a história da educação no país, marcada pela desigualdade no acesso dos direitos entre as populações da zona urbana e rural, mas também nos indica a urgente necessidade do investimento em pesquisas na área das políticas educacionais para a compreensão das especificidades da gestão pública dessa etapa do ensino e da intersetorialidade presente nas políticas dirigidas a essa população.

Outro ponto relevante foi a adesão tardia dos municípios a esse programa nas zonas rurais, uma vez que, apesar do Proinfância ter iniciado em 2007, só nos anos de 2013 e 2014 há um aumento considerável do número de convênios. Esse dado merece outros estudos, uma vez que possivelmente sofreu o efeito interativo de outras políticas como as políticas de transporte escolar para as zonas rurais e de formação docente.

Por fim, assinalamos que o Proinfância possibilitou uma maior visibilidade das necessidades e especificidades das zonas rurais, indicando que há possibilidade de um programa dessa natureza atingir melhores resultados em programas futuros.

### **Referências Bibliográficas**

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART Roseli Salette. *Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas - Coleção Por uma Educação do Campo*, nº4. Brasília, DF, 2002.

- LEAL, Fernanda Lourdes. Educação Infantil do Campo e Pedagogia: um diálogo a se fazer. *Revista Trama Interdisciplinar*, São Paulo, vol. 7 n<sup>o</sup>2, 2016.
- NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. *Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica*. Brasília: UNESCO. Ministério da educação / Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.
- ROSEMBERG, Fúlvia; ARTES, Amélia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmem Silveira et al. (Orgs.) *Oferta e demanda de Educação Infantil no Campo*. Porto Alegre: UFRGS, MEC, 2012.
- SANTOS, Franciele Soares. Educação do Campo e Educação Urbana: Aproximações e rupturas. *Revista de Educação*, Paraná, vol. 1 n.1 p.69-72 jan./jun. 2006.
- SILVA, Ana Paula Soares; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon. *Educação Infantil do Campo*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.